

Conclusões

Idalina Varela Pina – Eles, coitados, disseram-lhes que a terra era de todos. Não foi a culpa deles, a culpa foi de quem fez o 25 de Abril, não é?

Depois de analisar de forma resumida as imagens que foram sendo construídas sobre o Alentejo, tanto nos tratados científicos e filosóficos, como na legislação e especialmente na literatura, não restam dúvidas sobre a influência que estas tiveram na legislação que foi sendo progressivamente emitida pelos sucessivos governos provisórios no período revolucionário. Desde a publicação do Programa do MFA e do estabelecimento dos objectivos de dinamizar a agricultura e realizar a reforma gradual da estrutura agrária que ficou clara a intenção do novo poder instituído de alterar as relações de poder nos campos e entregar a “terra a quem a trabalha”. A presença de membros do governo, especificamente do Secretário de Estado da Agricultura Esteves Belo, em manifestações promovidas pelos sindicatos de trabalhadores rurais, por sua vez organizados pelo Partido Comunista Português, legitimaram institucionalmente o arranque do movimento da Reforma Agrária. Este teve como suporte legal inicial o Decreto-Lei nº 660/74 que definiu o conceito de “sabotagem económica” e que foi o suficiente para justificar a ocupação de terras consideradas em estado de subaproveitamento. A presença física das forças militares no terreno completou o aparato legitimador de um movimento que contou com a adesão entusiástica de uma população previamente motivada por décadas de trabalho clandestino do Partido Comunista Português na região e que potenciaram um forte ressentimento geracional. Os trabalhadores rurais responderam de forma eufórica a uma propaganda eficaz e, por vezes, enganadora no que diz respeito aos objectivos e possibilidades concretas de uma Reforma Agrária, apesar de já não se verificarem na altura as motivações aparentes, especialmente o fantasma da fome e do desemprego que tinham sido uma realidade nas décadas de 30 a 50. Para tal contribuíram os meios de comunicação social e a divulgação realizada pelos próprios órgãos militares no *Boletim do MFA* e nas sessões de esclarecimento das *Campanhas de Dinamização Cultural*. O exército assumiu neste processo um papel decisivo no apoio institucional aos ocupantes e na desmotivação completa a qualquer hipótese de resistência por parte dos ocupados.

As características do período revolucionário no concelho de Avis podem resumir-se em três palavras: liderança, precocidade e abrangência, tanto a nível da política local – no

distrito de Portalegre, o presidente da câmara de Avis foi o primeiro a apresentar o seu pedido de exoneração e depois a Comissão Administrativa foi a primeira a tomar posse – como na ocupação de terras. O papel dos líderes locais afectos ao Partido Comunista Português, especialmente na pessoa de José Luís Correia da Silva, foi determinante para o processo de atracção e mobilização da população que participou activamente na substituição dos titulares das sedes do poder local, tanto as políticas como as económicas. Foi o caso da própria câmara municipal, do Grémio da Lavoura, da Cooperativa Agrícola de Avis, da Misericórdia e da ocupação de mais de 40 mil hectares de terras pertencentes a 73 proprietários ou grupos de proprietários e que corresponderam a 71% da área cultivável do concelho, uma das mais altas percentagens da região. No que diz respeito à precocidade, cabe salientar a cronologia das ocupações no concelho de Avis, que se distingue da do resto da Zona de Intervenção da Reforma Agrária pelo facto de 57% da área total ter sido ocupada antes da publicação da Lei Oliveira Baptista, no dia 29 de Julho de 1975, enquanto que na ZIRA este valor foi de apenas 12%. Se António Barreto utiliza estes dados para provar a responsabilidade do V Governo Provisório e do Partido Comunista Português na maior parte da iniciativa e do alcance da Reforma Agrária, penso que o facto de em Avis as ocupações terem precedido esta legislação não contraria a tese do autor. Pelo contrário, reforça os argumentos do próprio António Barreto sobre o papel dos sindicatos afectos ao Partido Comunista, das ligas de pequenos e médios agricultores, das forças militares no terreno (sobretudo de Vendas Novas), e sobretudo da legislação previamente emitida. Todos estes factores em conjunto constituíram o motor de um movimento que contou em Avis com a adesão da quase totalidade dos trabalhadores rurais que pela primeira vez e por um período muito curto se identificaram como um grupo.

A recolha da memória oral permitiu constatar enormes semelhanças nos percursos de vida e antecedentes familiares destas pessoas, mas também grandes diferenças nas respectivas aspirações e atitudes face ao trabalho, à posse da terra, ao salário, às relações com os patrões e seus representantes e à própria permanência no concelho ou à escolha da emigração. Notaram-se também as divergências sobre os objectivos do movimento cooperativista em que se viram integrados sem qualquer suporte teórico inteligível para este grupo e cujos resultados se revelaram, no mínimo, decepcionantes. Tal como a sua origem, a Reforma Agrária portuguesa teve um final dirigido politicamente pelos governos, neste caso os de centro-direita interessados na criação das condições mais favoráveis à integração de Portugal na Comunidade Europeia. Para tal foram retiradas às cooperativas e Unidades Colectivas de

Produção as condições físicas e económicas que lhes permitiam continuar a laborar como até então. A consequência foi o total fracasso de todo o processo e um sentimento generalizado de frustração para todos os grupos sociais envolvidos. Especialmente o grupo dos trabalhadores, que não conseguiu manter a coesão necessária para continuar o projecto de agricultura em comum em terras arrendadas ou compradas. O apuramento destes sentimentos foi possível com as entrevistas realizadas, mas também com a constatação da total ausência de referências locais a um movimento que tão grande envergadura alcançou na sua época. O imaginário local aboliu-o, pelo menos no seu aspecto exterior, e o que permaneceu foi uma multiplicidade de verdades e mentiras, de acusações, de recordações envergonhadas e dolorosas, e de alguns sentimentos de vingança nunca concretizada. E isto tudo numa geração envelhecida, em grande parte já desaparecida e cujos filhos e netos não podiam estar menos interessados tanto no tema da Reforma Agrária em particular como na agricultura em geral como actividade económica. O campo é actualmente encarado pela a maior parte da população local e porventura a nível mais geral como um local de lazer onde as actividades agrícolas e pecuárias perderam por completo o seu significado mais directo.

Quanto à hipótese inicial sobre a forma como a transição do regime afectou a sociedade e as relações de poder locais, pode verificar-se que a revolução substituiu definitivamente as elites políticas locais e o grupo que as constitui e afastou a propriedade e o poder económico dos critérios de acesso ao poder político. Estes foram substituídos por outros, entre os quais prevalece a prestação de serviços de utilidade pública.

De um envolvimento directo e participativo na gestão da autarquia e dos organismos corporativos e cooperativos que regulavam a actividade económica do concelho, as elites económicas baseadas na propriedade fundiária passaram bruscamente para uma ausência total e deliberada. Esta mudança foi provocada pelo simples facto dos representantes locais terem passado a ser eleitos e pelo alargamento do universo dos seus eleitores, ao mesmo tempo que a orientação ideológica dos eleitores permanece divergente da do grupo da elite tradicional que se desinteressou por completo do exercício do poder autárquico. No processo revolucionário foram ainda abolidos os grémios, e a Cooperativa Agrícola de Avis foi a única instituição que voltou a merecer o interesse de alguns membros das elites tradicionais, por estar directamente ligada com a actividade económica ainda desenvolvida.

Para responder à questão sobre as mudanças sociais e as respostas permanentes que o movimento da Reforma Agrária levou à população de Avis, várias interpretações são

possíveis. Mas ficaram algumas certezas. As alterações já tinham começado com o afastamento da população rural do trabalho da terra, com a emigração e o aumento dos níveis de escolaridade. Foi a Reforma Agrária que as provocou? Não. Pelo contrário: a ocupação das terras e o seu trabalho intensivo recuperaram para a actividade agrícola um população que já tendia a seguir percursos profissionais alternativos, mas que, face à situação de instabilidade económica que se verificou em todo o país no período revolucionário viram bloqueadas todas as outras hipótese de emprego. O final do movimento apenas confirmou o que já se sabia sobre a necessidade de criação de outros rumos e funções para o mundo rural e os seus habitantes, o que, no caso de Avis, está a revelar-se de uma dificuldade extrema. Para o outro polo do tecido social, as elites fundiárias, a alteração foi mais profunda: o seu afastamento forçado e temporário da actividade agrícola provou-se nalguns casos definitivo e irreversível. Para os que se mantêm à frente das suas explorações agrícolas duas considerações podem tecer-se: em primeiro lugar a agricultura propriamente dita já não é, em grande parte dos casos, a principal, ou pelo menos a exclusiva actividade que é dada à terra, assistindo-se à multiplicação das funcionalidades que lhe são atribuídas; em segundo lugar, a intervenção directa da União Europeia constitui um factor indissociável dos novos rumos da ruralidade, sem a qual as explorações fundiárias dificilmente conseguiriam manter a sua viabilidade económica no panorama do mercado internacional em que estão inseridas.

Em perspectiva, a Reforma Agrária teve um forte impacto económico no seu tempo e contribuiu para o aumento da clivagem social local. Desapareceu qualquer tipo de contacto que existia entre os dois grupos mais significativos, quando antes ainda havia relações de trabalho e de patrocínio. As vilas e aldeias dividiram-se, os ódios foram atizados. Mas até isto terá sido temporário. As gerações seguintes continuam certamente a ouvir as histórias, mas o interesse vai ficando cada vez mais reduzido. Por enquanto os vários grupos ainda se ignoram, mas a hostilidade declarada acabou.

Por outro lado, o comportamento eleitoral da população de Avis mantém-se coerente com as acções que a levaram a agir na Reforma Agrária. O Partido Comunista Português continua a ter resultados altíssimos que se podem explicar pelo nível etário dos eleitores e pelas novas características da administração autárquica que actua como fornecedora de empregos e de serviços essenciais à população. E pode até afirmar-se que em Avis vota-se

neste partido *apesar* da Reforma Agrária, e não por causa dela¹, uma vez que a frustração aliada a todo o processo e o seu fim catastrófico afastaram os seus participantes dos líderes que o promoveram localmente e que estavam associados ao Partido Comunista Português. Isto poderia ter contribuído para o seu afastamento do próprio partido, mas de facto tal não aconteceu, talvez porque para grande parte dos grupos populares de Avis a identificação com os ideais comunistas já existisse previamente e porque construíram uma barreira que separou os *bons* dos *maus* comunistas, os *verdadeiros* dos *falsos*, os que agiram em proveito próprio e os que trabalharam para a comunidade. Todos estes critérios subjectivos encontram uma expressão muito concreta na personalização que se verifica na política local e no trabalho desenvolvido pela autarquia, o qual é avaliado e será sempre julgado pelos benefícios que consegue ou não levar à população.

Em conclusão, e usando as palavras de Medeiros Ferreira, “A reforma agrária acabou por ser mais um fenómeno efémero na mutação geral operada em Portugal depois do 25 de Abril de 1974”².

¹ Contesto, então, as palavras de Afonso de Barros quando escreveu que a Reforma Agrária foi um “fenómeno de reduzida expressão económica e social e de forte impacto político”, *A Reforma Agrária...*, p. 45.

² José Medeiros Ferreira – “A reforma agrária na geografia da revolução”, *Portugal em Transe...*, p. 137.